
Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Local: Campos Ipolon - Rua Alagoas, 2015 - Centro, sala 1008 – Londrina-PR

Data: 21 de fevereiro de 2018

Horário: 13h30 (1ª convocação) – 13h45 (2ª convocação)

1 Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, foi realizada reunião ordinária
2 do Conselho Municipal de Assistência Social, no Campus Ipolon, sito a Rua Alagoas, 2015,
3 sala 1008 - Centro, Londrina-PR. A reunião iniciou-se em segunda chamada, às treze horas e
4 45 minutos. Estiveram presentes o(a)s seguintes conselheiro(a)s: Nadia Oliveira de Moura,
5 Marina Bertoneccini de Andrade, Rodrigo Eduardo Zambon, Amanda Boza Gonçalves
6 Carvalho, Renata Gomes Simões, Maria Ines Louro, Gisélia Duarte Dias Paulino, Ana Karina
7 Anduchuka Barbosa, Andrea Ramondini Danelon, Neusa Harumi Tiba, Teresa Genvigir
8 Furlaneto, Cláudio Roberto Rufino, Juliana Rodrigues da Cruz Snatos, Simone Leal Peres,
9 Alisson Fernando Moreira Poças, Adriana Martinelli Casagrande, Angela Maria Zechim
10 Luziano da Silva, Helton Fabio de Oliveira, Alvino dos Santos Murça (nome social Vanessa),
11 Edna Costa de Oliveira, Leonardo Aparecido Gomes. Justificaram a ausência os
12 conselheiros: João Francisco Ferraz de Lima, Luana Garcia Campos, Liliane de Fátima
13 Lankaites, Edna Luiza dos Santos, Valmirete Alves da Silva. Estiveram presentes também os
14 seguintes participantes: Silvana Carla Palácio – SMAS/DPSE, Lidia Lucas Loback – Nuselon,
15 Ezylda Maria Magro – Provopar, Sandra Nishimura – SMAS, Adriana Fábica Zaganini
16 Paschoal – Associação Flávia Cristina, Isabela Pulzatto Peruzzo – Centro Pop, André
17 Barbosa – Movimento População de Rua, Alexandra C Rodrigues – Morada de Deus,
18 Michelly Landgraf – Provopar, Daniella Parra – Provopar, Tayna Reis Pio – Cras Leste, Silvia
19 Belieiro – SMI, Elza Cooutinho – Adevilon, Izabel Feijó Oliveira Flores – ACESF, Andressa
20 Vilela Landin – ACESF, Juliana Moreno – CT Oeste, Ademir Gervásio de Souza Junior-
21 ACESF. Neusa iniciou os trabalhos saudando os presentes e na sequência realizando a
22 leitura da pauta para aprovação: **1. Apresentação e aprovação da pauta; 2. Aprovação de**
23 **Ata: 06/12/2017; 3. Avaliação dos trabalhos do CMAS em 2017; 4. Diretoria de Proteção**
24 **Social Especial: apresentação da Operação Noite Fria; 5. Devolutiva Conferência**
25 **Nacional de Assistência Social; 6. Abertura de superávit dos recursos externos do**
26 **Fundo Municipal de Assistência Social; 7. Proposta de Avaliação do Plano Municipal**
27 **de Assistência Social; 8. Eleição Complementar; 9. Comissões: Relato Comissão de**
28 **Acompanhamento de Serviços e Comissão de Inscrição, Recomposição da Comissão**
29 **de PBF, Recomposição da Comissão de Acompanhamento, Composição da Comissão**
30 **para discussão do auxílio funeral, Comissão de Fundo: acompanhar relatório de**
31 **execução mensal, Todas as Comissões: nomear coordenadores, Indicação de**
32 **representante para compor a Comissão Interinstitucional para Organização de**
33 **Protocolo e Fluxo de Abordagem a Criança e ao Adolescente em Situação de Rua, 10.**
34 **Informes: ACESSUAS: chamamento em curso, Operacionalização do benefício**
35 **eventual referente ao primeiro bimestre de 2018, Horários das reuniões.**

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

36 Neusa Tiba apresentou a proposta de pauta e informou que foi recebido um ofício
37 encaminhado pela PROVOPAR solicitando ponto de pauta nesta reunião, no entanto, como
38 chegou no dia 20, será disponibilizado ponto de pauta no dia 28 de fevereiro justificando que
39 a pauta do dia está extensa e tem assuntos com prioridade. Informou que há assuntos já
40 previstos para a pauta da próxima reunião. O presidente da PROVOPAR insistiu com a
41 solicitação do ponto de pauta na reunião em curso e a presidente Neusa Tiba autorizou que
42 ele fizesse o informe do assunto em 15 minutos, mas que não haveria debates sobre o
43 referido assunto, justificando que, para haver debate o(a)s conselheiro(a)s precisam ter
44 informações das partes envolvidas no assunto e no momento isso seria impossível. A sra.
45 Sandra Nishimura questionou sobre a referida decisão, ressaltando a importância da
46 discussão sobre a situação do PROVOPAR no CMAS. A conselheira Juliana justificou sobre a
47 urgência da inclusão na pauta. O conselheiro Alisson, propõe suprimir um ponto de pauta
48 para inclusão do referido assunto. Considerando a importância dos assuntos pautados não foi
49 efetuado a supressão dos assuntos pautados pela presidente do CMAS e foi permitido que o
50 sr. Fernando fizesse o informe do assunto, sem que haja a discussão, explicando que o
51 assunto será pautado para a próxima reunião – dia 28/02. O presidente da PROVOPAR, Sr.
52 Fernando fez a fala, relatando sobre os problemas financeiros da instituição. Disse que,
53 quando aceitou o convite para presidir o PROVOPAR, em outubro de 2017, a Instituição já
54 vinha com problemas de repasse. Relatou que questionou a Secretaria de Assistência Social,
55 sobre o motivo pelo qual os repasses não haviam sido interrompidos nas gestões anteriores,
56 uma vez que os problemas já vêm de anos atrás, mas não obteve uma resposta. Em outubro
57 de 2017, assinaram um TAC, com 90 dias para apresentar a prestação de contas. Falou
58 sobre a vigência do TAC, que encerrou no final do mês de janeiro, impedindo que a
59 instituição possa receber o recurso e diante disso surgiu a necessidade da assinatura do
60 novo TAC com o Município para conseguir receber o recurso referente ao Termo de
61 Colaboração assinado com o Município. Segundo ele, a Dona Mildred, antiga presidente da
62 instituição, assumiu uma dívida, sem ser auditada, de R\$1.000.000,00 (*um milhão de reais*).
63 Sr. Fernando ressaltou que hoje está auditando essa dívida, mas já tem certeza que esse
64 valor está incorreto. Relatou também que, em outubro de 2017, foi apresentado à Instituição,
65 mais uma dívida de R\$1.000.000,00 (*um milhão de reais*). A atual presidência questionou
66 esses valores e, se os mesmos, foram atribuídos com base em inconsistências de prestação
67 de contas. Também relatou uma dívida de Sessenta e sete mil reais. Fernando informou que
68 as prestações de contas foram entregues à Secretaria de Assistência Social, com alguns
69 documentos faltantes. Diante da interrupção do repasse, os salários dos funcionários não
70 foram pagos. Enfatizou que a o PROVOPAR está certo, mas mesmo assim barraram o
71 repasse. Complementou que, em dezembro de 2017, com cinco convênios para encerrar, a
72 Secretaria de Assistência Social municipalizou os CRAS de última hora. O último repasse foi
73 no dia 28/12/2017. Relatou ainda que a Secretaria efetuou repasse no dia 28 de dezembro
74 dificultando o pagamento dos funcionários em dezembro. Disse que foram infinitos erros de
75 repasse, mesmo com o PROVOPAR entregando a documentação toda. Sr. Fernando afirmou

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

76 que trata-se de assédio contra o PROVOPAR e estão “batendo em cima”. Disse também que
77 o erro é da Prefeitura de Londrina e da Secretaria de Assistência Social, que não fiscalizou
78 corretamente no passado. Informou que a instituição precisa receber o repasse do mês de
79 janeiro, para o pagamento dos salários de seus funcionários. O conselheiro Alisson solicitou
80 informações sobre a quantidade de funcionários da PROVOPAR e o tamanho do público
81 atendido. O presidente informou que atende 400 metas da Economia Solidária e 1235
82 crianças e adolescentes no contra turno escolar e tem 125 funcionários. A presidente do
83 CMAS confirma o ponto de pauta para a reunião do dia 28/02 para discutir o assunto em
84 questão e agradeceu a participação. **2. Aprovação de Ata: 06/12/2017:** Colocado em
85 discussão e nada tendo a acrescentar, foi aprovado pela plenária. **3. Avaliação dos**
86 **trabalhos do CMAS em 2017:** A presidente Neusa falou sobre a importância dos
87 conselheiros se inteirarem das atribuições deste conselho, conforme já visto nas 3
88 capacitações realizados no semestre passado, falou sobre a necessidade de acompanhar as
89 deliberações deste conselho, principalmente quanto a execução dos recursos alocados no
90 Fundo Municipal de Assistência Social. Complementou ainda que além de deliberar e
91 acompanhar a execução, cabe ainda a este Conselho verificar os resultados alcançados na
92 resolutividade dos problemas com os recursos investidos e ações realizadas. Lembrou que a
93 comissão de fundo deve fazer o controle das ações executados pelo Órgão Gestor e as
94 parcerias formalizados para transferência de recursos do FMAS, em conformidade ao
95 previsto na regulamentação da Lei 13019/2014 - lei do Marco Regulatório. A presidente
96 resgatou ainda quanto ao funcionamento das comissões no semestre passado, ficando muito
97 aquém do que deveria ser de fato, inclusive sem a definição de coordenação. Ressaltou a
98 importância dos trabalhos das comissões para respaldar as decisões da plenária. Solicitou
99 que as comissões indiquem os respectivos coordenadores na próxima reunião. A conselheira
100 Vanessa questionou sobre as informações quando a agenda de reuniões da comissão e
101 como ficará sabendo. A presidente solicitou que as comissões definam o calendário de suas
102 atividades também. A sra. Sandra Nishimura disse que o conselho está enfraquecido, e
103 precisa fazer algo diante disso. A maneira de ter na reunião duas pessoas para deliberar
104 pautas importantes. Sobre os recursos parados, a responsabilidade de todos. A presidente
105 informou ainda que a vice-presidente Ana Claudia enviou um e-mail solicitando o seu
106 desligamento deste Conselho por motivos particulares (trabalho e estudo) e com isso,
107 somado as vacâncias de suplentes, há a necessidade de realizar a eleição complementar
108 mais rápido possível para composição deste conselho. Solicitou que a Comissão de Eleição
109 Complementar possa elaborar a proposta de edital para deliberação da plenária. O próximo
110 assunto pautado foi a proposta de regulamentação do programa Noite Fria. A representante
111 da Secretaria de Assistência Social relatou que todo ano no período de inverno acontece a
112 ação para evitar a morte de pessoas em situação de rua. A conselheira Gisélia avaliou que
113 precisa rever a tramitação de assuntos em regime urgência neste Conselho e que precisam
114 ser deliberados sem muitas vezes ter o devido aprofundamento nas discussões para
115 esclarecimento de dúvidas. A conselheira Vanessa também apontou que as urgências na

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

116 tomada de decisões, onde os assuntos são apresentados na reunião e já exigindo decisões,
117 acaba prejudicando o andamento do trabalho dos conselheiros. Sobre as comissões, a
118 conselheira entende que há falta de integração das comissões. A presidente faz destaque
119 sobre um aspecto muito importante no trabalho das comissões que é questão da paridade e
120 reforça que todas as ações dos conselheiros, que realizam as visitas nas instituições ou
121 discutem algum assunto, é obrigatório ter paridade. Neste aspecto a presidente informou que
122 este conselho precisa instituir a comissão de ética para apurar uma situação que foi
123 protocolado neste Conselho na forma de denúncia sobre a conduta inadequada de um
124 membro do CMAS. A plenária aprovou a instituição da Comissão e a composição com
125 seguintes conselheiras: Edna Santos e Andrea Ramondini. A seguir foi realizado a
126 apresentação da proposta para o atendimento das pessoas em situação de rua no período de
127 inverno. A conselheira Vanessa avaliou que na Operação Noite fria, a pessoa deveria passar
128 a noite e no dia seguinte receber atendimento até as 10h00. A representante da Secretaria
129 de Assistência Social/ Gerente de média complexidade Marina, fez o relato Operação da
130 noite fria do ano passado e, em seguida, apresentou a proposta de regulamentação do
131 programa Operação Noite Fria. Foi feita algumas considerações pela Gerente de alta
132 complexidade Silvana Palácio e pela representante do Serviço de Abordagem Social
133 Vanessa. O conselheiro Alisson falou sobre a experiência da Operação Noite Fria no ano
134 passado, que ao longo do tempo foi contornando problemas pontuais que surgiram com o
135 auxílio da Comissão de Acolhimento Institucional. Refere que na avaliação da equipe e da
136 Comissão, a Operação foi realizada a contento, tendo resguardado tanto os usuários quanto
137 a equipe de Trabalho, sem alterar a rotina de Acolhimento Institucional que a Entidade já
138 trabalha. Destaca a postura sempre propositiva da equipe de trabalho, tanto que surgiram
139 idéias para qualificar ainda mais o serviço, como a ampliação do horário do Serviço de
140 Abordagem, até às 01:00 horas nos dias mais frios, tendo em vista, que mesmo com a
141 temperatura adversa, abria-se vagas de Acolhimento, logo após o jantar. Além de que
142 facilitaria a busca de pessoas que normalmente não procuram os serviços. O conselheiro
143 Rodrigo questiona se a referida ação se refere ao atendimento na noite fria ou pela equipe da
144 abordagem social. Foi esclarecido que este atendimento é realizado pela equipe de
145 abordagem social. Várias pessoas contribuíram para a finalização do documento. Alisson fala
146 sobre a diminuição de vagas em Acolhimento Institucional no Município de Londrina nos
147 últimos dois anos, com o fechamento da CPAM, CPIN e das 25 metas que eram atendidas
148 pelo Projeto Pão da Vida, que o Bom Samaritano herdou no ano passado. Faz a ponderação
149 sobre o número de vagas de Acolhimento existentes, tendo em vista o agravamento da crise
150 e o acentuado nível de pauperização da população e de retirada de direitos. Explica que hoje
151 são ofertadas aproximadamente 100 vagas de Acolhimento Adulto Masculino e 25 vagas de
152 Acolhimento Adulto Feminino e que não existe um diagnóstico oficial, quantificando todas as
153 pessoas em situação de rua em Londrina. Neusa pede para apresentar o diagnóstico da
154 pessoa em situação de rua até o final do mês de março. O conselheiro Leonardo perguntou
155 sobre o usuário que vai e volta nas instituições, e que prejudica os próprios usuários,

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

156 trazendo falta de vagas e que precisa ser decidido como vai ficar no inverno deste ano. O
157 conselheiro Alisson respondeu que dará preferência para quem tem mais tempo em situação
158 de rua e que aceite os encaminhamentos. A representante do Centro POP Isabela, ressaltou
159 a importância de estar construindo estratégias para manter os usuários nos serviços. A
160 plenária aprovou a regulamentação do Programa Operação Noite Fria. **5. Devolutiva**
161 **Conferência Nacional de Assistência Social:** Amanda faz relato sobre a conferência
162 nacional, lido email da Marcia Valim. **6. Abertura de superávit dos recursos externos do**
163 **Fundo Municipal de Assistência Social:** Amanda coloca que vai passar na próxima reunião
164 e retirou o ponto da pauta. **7. Proposta de Avaliação do Plano Municipal de Assistência**
165 **Social:** Plano municipal feito pela Amanda fazer a avaliação a SEDS passou a proposta dos
166 pontos a serem avaliados, proposta de planejamento fev-abril/2018 4 etapas. Vanessa relata
167 a experiência de vida, na humanização. **8. Eleição Complementar:** 8 vacâncias, é instalada
168 comissão novamente a mesma comissão do ano passado, para elaboração do edital de
169 convocação da eleição complementar para ser deliberado na reunião do mês de março. O
170 conselheiro Leonardo e o presidente do movimento da população de rua relata que o
171 conselheiro eleito na ocasião da Conferência Municipal de Assistência Social representando
172 este segmento tem atuado de forma contrária ao que pensa as pessoas do grupo e solicita
173 orientação. Neusa solicitou que os conselheiros estão compondo este conselho
174 representando o segmento e qualquer situação contrária, deverá ser comunicado ao CMAS
175 oficialmente. Solicita a oficialização do movimento de rua sobre a referida situação. Proposto
176 a instituição da Comissão de ética, sendo aprovada pela plenária. **9. Relato das Comissões:**
177 **a) Comissão de Acompanhamento de Serviços:** Rodrigo – Morada de Deus, comissão de
178 acompanhamento. Alisson relata que o espaço é adequado. SOS e Morada de Deus,
179 convidado a se apresentar. **b) Comissão de Inscrição:** propõe a prorrogação de prazo de 30
180 dias para que a instituição Filhas de Maria posa apresentar todos os documentos para o
181 parecer final da comissão. A plenária aprovou a proposta da comissão. A seguir, a presidente
182 relatou que há a necessidade de instituir a comissão para analisar e elaborar uma proposta
183 sobre o Benefício eventual pela ocasião da morte, hoje denominado auxílio funeral. Resgatou
184 que houve uma deliberação do CMAS em 2012 para instituição da Comissão de Auxílio
185 Funeral, cuja resolução encontra-se publicada, no entanto, não se efetivou os trabalhos e
186 todas as alterações afetas ao valor cobrado não foi devidamente tratado pela respectiva
187 comissão. Sandra Nishimura coloca que a compreensão da família é de que este valor
188 deveria ser passado para suprir as necessidades gerados na família e não para pagamento
189 do enterro para a ACESF. O conselheiro Cláudio relatou que tem orçamento destinado para
190 esta transferência ao ACESF. A superintendente interina da ACESF Izabel informou que o
191 valor cobrado pela ACESF é preço de custo / prestação de serviços funeral e taxas de
192 manutenção, e complementa que não tem lucro, e sim resgate dos valores anteriores.
193 Esclarece que o Auxílio funeral é pagamento do custo do serviço. Foi instituído a comissão
194 com a representante da ACESF Izabel Flores, do CMAS Neusa Tiba, da Secretaria Paulo
195 Sérgio Aragão e a conselheira Vanessa. Registre-se que a lista de presença é documento

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

196 integrante desta ata. A reunião é encerrada às 16h46min, sendo o que havia a ser relatado,
197 eu, Edna Costa de Oliveira, segunda Secretária deste Conselho, redijo a presente ata desta
198 reunião ordinária que será encaminhada para apreciação e aprovação.